



## **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO: POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS PELO PRONATEC**

Manoel Rui Gomes Maravalhas

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Sukow da Fonseca – CEFET/RJ CSF

### **INTRODUÇÃO**

O presente estudo visa analisar a educação profissional técnica observando as políticas públicas implementadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O propósito central é identificar os aspectos norteadores da legislação vigente, bem como refletir sobre a influência dos interesses políticos que implicitamente são mascarados com objetivos amplos a favor de uma educação de qualidade para todos.

### **METODOLOGIA**

Partindo dessa compreensão trazida pela Introdução, este trabalho de pesquisa resume-se numa revisão bibliográfica adotando como referencial teórico a visão crítica da evolução do Ensino Médio Técnico no Brasil. Adota como problematização um dos pressupostos do (Pronatec) que é melhorar a qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional. Dessa forma, o trabalho justifica-se pela contribuição que ele pode trazer para compreensão reflexiva sobre a evolução histórica do ensino profissionalizante e suas concepções ideológicas que mantêm uma sociedade de classes.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **Conceituação sobre Políticas Públicas na Educação.**

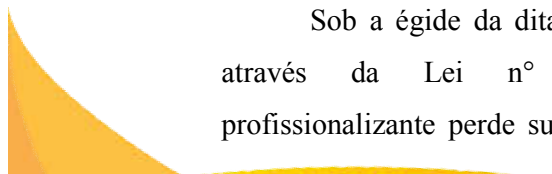
Muitas são as discussões e definições sobre o que vem a ser políticas públicas e como elas são construídas e implementadas para o bem comum.

Rua (2009), propõe uma abordagem estatista, na qual a dimensão pública de uma política é dada pelo seu caráter jurídico imperativo. Para a autora, “políticas públicas compreendem o conjunto das decisões e ações relativas a alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos”.

Em contrapartida, Heidemann (2010) afirma que a perspectiva política vai além da perspectiva das políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover “políticas públicas”.

#### **Parte da Trajetória Histórica Contemporânea**

Sob a égide da ditadura militar, em 1971, mais uma reforma impactou a educação através da Lei n° 5.692/71. O ensino profissionalizante perde sua função análoga entre os





ramos secundário e propedêutico, transformando todo segundo grau em cursos técnicos, de maneira compulsória. Com a intenção de universalizar os estudos, a nova postura anulou as características da legislação anterior de promover a continuidade dos estudos no nível superior.

Enquanto as escolas privadas continuaram atendendo às elites numa formação mais completa, as escolas públicas que também tiveram a responsabilidade de ofertar a educação profissional, não conseguiram cumprir efetivamente as propostas por falta de recursos e estrutura. Canali (2010), ainda descreve que a evasão e a repetência recorrentes provocaram o desprestígio do ensino público, consolidando mais uma vez a diferenciação entre ricos e pobres.

Em 1978, a Lei n. 6.545/1978 transformou as Escolas Técnicas em CEFETs. O objetivo dessas escolas era formar engenheiros de operação e tecnólogos com um ensino de excelência, o que atraiu pessoas da classe média.

#### **Aspectos da Legislação: Reformas e Perspectivas**

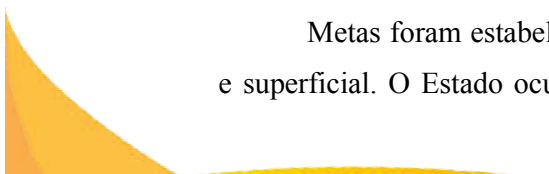
Com o fim da ditadura militar, no final da década de 1980, o país passa por um processo de redemocratização. Muitas reivindicações pontuavam a necessidade da universalização e ampliação de um ensino de qualidade. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu os alicerces para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual foi vigorada em 1996 e que dividiu a educação brasileira em dois níveis: Educação Básica e Ensino Superior.

#### **O Apagão de Mão de Obra e a Instituição de Programas Sociais**

O novo paradigma em estabelecer um ensino integral é tema de reflexão de diversos autores que visam uma reestruturação concreta no ensino profissional. Para que haja essa integração, o currículo deve prever de forma concatenada, conteúdos voltados à base tecnológica e à formação geral, sem privilegiar uns em detrimento de outros. Viamonte (2011) considera também que se deve observar o avanço tecnológico como mais um critério que demanda mudanças na estrutura da educação profissional.

A afirmação da autora torna-se bastante relevante na medida em que o crescimento econômico do país exige maior qualificação dos trabalhadores. Nesse contexto, o ‘apagão de mão de obra’ provocado em 2008/2009, refletiu drasticamente a ineficiência do ensino médio e profissional em nosso país.

Metas foram estabelecidas no Plano Nacional de Educação num panorama abrangente e superficial. O Estado ocupou-se essencialmente em





promover “políticas focais”, isto é, em formular programas, projetos e campanhas, que unissem educação e assistência social. Assim, no primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, em 2011, o programa de acesso nacional ao ensino técnico e emprego (Pronatec) foi instituído pela Lei 12.513 de 2011 com o propósito de ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica a trabalhadores e alunos do Ensino Médio.

### **CONCLUSÕES**

Necessário superar a dualidade estrutural histórica promovida entre ensino médio propedêutico e ensino profissional.

Ao longo da história, a educação para o trabalho apresentou um quadro caótico de desmistificação. Objeto de manipulação política, essa modalidade sempre serviu de base para o a exploração e alienação das camadas mais pobres da sociedade. Mudanças nas legislações foram realizadas, mas com propósitos tendenciosos e que mantinham a discriminação. A cada nova crise de falta de mão de obra é necessário rever a implantação dessas políticas públicas que devem ser destinadas a favor do povo.

Entendemos que é necessário harmonizar uma educação pautada nos valores humanos, que permita ao indivíduo refletir sobre as concepções epistemológicas e que configure a educação técnica como influência e ferramenta para uma aprendizagem significativa. Para isso, não basta criar leis ou programas que camuflem a verdadeira situação do ensino, enquanto a educação técnica estiver subordinada aos interesses e às necessidades do capital, qualquer avanço será um retrocesso.

Desta feita, a análise e o levantamento de políticas públicas aplicadas em diversos cenários da história, desvenda as entrelinhas da fragmentação interna do sistema educacional brasileiro que sempre sofreu interferências do mercado de produção.

### **REFERÊNCIAS**

CANALI, Heloisa. *A Trajetória da Educação Profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio a Educação Profissional*. 2010. Disponível em:

<<http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEducacional/CANALI.pdf>>. Acessado em: 04/01/2016.

HEIDEMANN, Francisco G. . *Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento*. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2.ed. Editora Universidade de Brasília, cap. 1, p. 23-40, 2010.

RUA, Maria das Graças. *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 130 p., 2009.

VIAMONTE, Perola Fatima Valente Simpson. *Ensino Profissionalizante e médio: novas análises a partir da LDB 9394/96*. Educação em perspectiva. Viçosa, v.2, n.1, p.28-57, jan/jun, 2011.